

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em
<http://bit.ly/1e5WFGZ>



Secom | Criação e Marketing

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XX — Nº 4.043 — Brasília, quarta-feira, 12 de março de 2014



Debatedores expõem dúvidas sobre legado da Copa no Brasil

Em audiência pública marcada pela participação de cidadãos via internet e telefone, senadores e convidados apontaram problemas na entrega de obras que ajudariam a melhorar a vida de milhões de pessoas

Encontro promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) contou com a presença de senadores e representantes do Tribunal de Contas da União, da Universidade de São Paulo,

de empresas de engenharia e do Portal da Copa 2014. Preocupação com o atraso na conclusão de obras que deveriam estar prontas até o início da Copa, em menos de cem dias, dominou o debate. **6 e 7**



Presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (3º à esq.) coordena reunião, que teve participação de Alvaro Dias (D)

Gerardo Magela/Agência Senado



Waldemir Borreto

Som poderá identificar ligação entre operadoras

Proposta que obriga as companhias telefônicas a identificar previamente, por um sinal sonoro padronizado, se haverá custo de interconexão entre ope-

radoras foi aprovada ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia. O projeto ainda será votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara. **5**

Projeto aprovado ontem na CCT abrange tanto telefones celulares quanto fixos e, se virar lei, caberá à Anatel a regulamentação do assunto

Comissão discute crise energética com autoridades do setor elétrico **8**

Condenação penal é agilizada em proposta que deve ir para o Plenário **9**

Documentários sobre a Lei Maria da Penha recebem prêmios **10**

Campanha da Fraternidade é elogiada por senadores **11**

Apensamento de projetos no Senado deve ganhar novas regras **2**

Deficiente não pagará pedágio em rodovia

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem em decisão final proposta que isenta da cobrança de pedágio os veículos conduzidos por pessoas com

deficiência. Pelo texto aprovado, o Executivo terá que regulamentar o benefício, fixando os critérios para a concessão da gratuidade. **3**

Regulamentação de lei sobre free shops nas fronteiras motiva audiência **12**

Serviços de água e esgoto poderão ser cobrados separadamente **8**

Mudanças no relatório da MP da Tributação serão analisadas hoje **4**



Durante reunião da CAE de ontem, senadores decidiram que Executivo regulamentará isenção de pedágio para deficientes

Marcos Oliveira/Agência Senado

Regimento Interno pode ter regra nova sobre apensamento

Projeto de resolução deve ser apresentado na semana que vem para evitar conflitos como o de ontem, quando proposta de Aloysio Nunes que estava pronta para votação foi devolvida à Mesa do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que vai apresentar na próxima semana um projeto de resolução para definir regras mais claras no Regimento Interno para apensamento de propostas. A decisão foi uma resposta à questão de ordem levantada pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

— É uma oportunidade para encaminhar uma solução definitiva para esse problema que nos angustia, já que é um caso recorrente — afirmou Renan. O presidente do Senado pretende que o projeto tramite em caráter de urgência, antes mesmo da reforma do Regimento Interno.

A proposta visa harmonizar os artigos 258 e 266 do Regimento Interno. De acordo com Aloysio, eles são conflitantes e têm gerado “azedume, frustração e mal-entendido”. O artigo 258 permite que um senador possa requerer a tramitação conjunta de duas ou mais proposições que tratem do mesmo assunto, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já tiveram parecer aprovado em comissão ou que constem da ordem do dia. O artigo 266 determina que isso só pode ocorrer se o processo da proposta estiver fisicamente sobre a Mesa.

— Nos casos de matérias em comissão, a Mesa pede ao presidente da comissão que envie a proposta para o Plenário, mas isso não vem



Aloysio Nunes (D) conversa em Plenário com o líder do governo, Eduardo Braga

ocorrendo. Às vezes o presidente da comissão não quer liberar o projeto. É uma zona cinzenta — disse Aloysio.

O líder do PSDB também apresentou outra questão de ordem sobre os requerimentos de auditoria que ainda estão pendentes de votação. De acordo com Renan, isso foi discutido no Colégio de Líderes, que decidiu pautar o assunto o mais brevemente possível.

— Vou orientar a Secretaria-Geral da Mesa para colocar esse assunto na pauta da próxima terça-feira — disse.

Recuo em comissão

Aloysio pretende evitar situações como a que ocorreu na Comissão de Meio Ambiente (CMA), quando um projeto dele estava pronto para ser votado e foi devolvido à Mesa do Senado para apensamento.

— Esse tem sido um mecanismo usual do governo para

manter o marasmo do Congresso e postergar a votação de projetos da oposição — disse.

O PLS 401/2013, de Aloysio Nunes, que obriga a inclusão de licença ambiental de instalação em edital para licitação de obra pública, será apensado à proposta de reforma da Lei de Licitações.

Eduardo Suplicy (PT-SP) negou que tenha havido manobra para adiar o exame do texto. Ele é o autor do requerimento que solicita o apensamento ao PLS 559/2013.

— É o procedimento normal e regimental quando há matérias com objetivos comuns. É importantíssimo atualizar a Lei de Licitações, aprovada em uma época em que não se utilizava tanto a internet e o leilão eletrônico. E como o senador Aloysio apresentou nova sugestão, é natural que seja apensada ao projeto que modifica a lei — disse Suplicy.

Aberta exposição com fotos marcantes de 2013

Foi aberta ontem a exposição *100 Fotos de 2013 — o dia a dia do Senado Federal*. Terceira edição do Projeto 100 Fotos do Ano, a mostra reúne uma seleção de imagens marcantes captadas pelas lentes dos fotógrafos da Agência Senado, órgão da Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Organizada pela Coordenação de Fotografia, a exposição retrata sessões plenárias com

grande repercussão. Também integram a exposição imagens de sessões especiais, como a de comemoração dos 25 anos da Constituição federal e a solenidade de devolução simbólica do mandato do ex-presidente João Goulart.

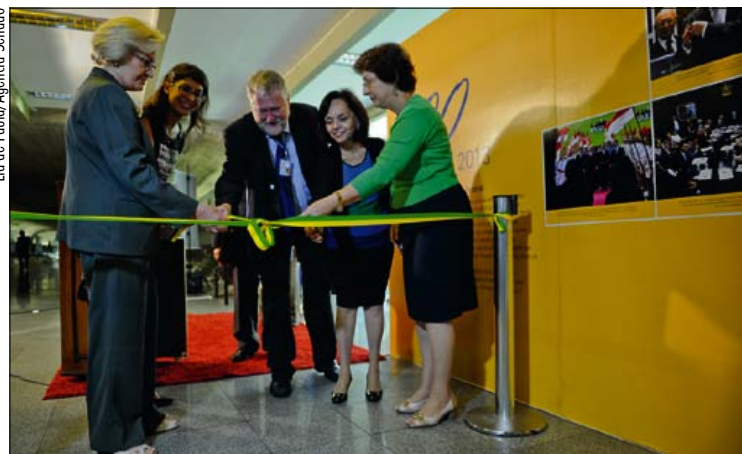
Como observou a senadora Ana Amélia (PP-RS), jornalista por mais de 40 anos, as fotos transmitem com “qualidade, eficiência e transparência” o ritmo da atividade parlamentar.

— É o ritmo da atividade parlamentar.

Ana Rita (PT-RS), que também prestigiou o evento, destacou a abrangência do serviço de fotojornalismo da Secom, que nos dias mais efervescentes da Casa chega a captar mais de 3 mil imagens, depois armazenadas num banco que já acumula quase 1 milhão de fotos.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, classificou como arte a capacidade de traduzir a força dos acontecimentos por meio de imagens. O diretor da Secom, Davi Emerich, reconheceu a importância do trabalho da equipe de fotojornalismo, salientando que a área tende a ganhar cada vez mais espaço.

A exposição foi montada em espaço localizado no final do Túnel do Tempo, entre as Alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela, no Anexo 2 do Senado.



Ana Amélia (E), Paula Cinquetti, Davi Emerich, Claudia Lyra e Ana Rita

Renan homenageia Sérgio Guerra e Fernando Tourinho

As mortes do deputado e ex-senador Sérgio Guerra e do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Alagoas José Fernando Lima Souza, conhecido por Fernando Tourinho, foram lamentadas ontem por Renan Calheiros (PMDB-AL).

O senador afirmou que Sérgio Guerra foi referência como democrata e homem público em todos os cargos que exerceu e que Tourinho construiu a melhor escola de magistratura do Nordeste, investiu na infraestrutura de comarcas do interior e fez avançar a informatização das varas de Justiça de Alagoas.

José Sarney destaca virtudes e lamenta morte de ex-senador

O senador José Sarney (PMDB-AP) também lamentou a morte do deputado Sérgio Guerra, ocorrida na semana passada. Sarney destacou que uma das virtudes do ex-senador era a cordialidade com os adversários políticos.

— No Senado, ele sempre teve um tratamento ameno, disposto a não agravar os debates e a buscar uma conciliação. Ou que, ao menos, não perdêssemos a capacidade de ter uma discussão civilizada e com grandeza.



Moreira Mariz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Drogas

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que adota novo procedimento para destruição de drogas.

PRESIDÊNCIA Ministros do STJ

11h30 Renan Calheiros recebe os ministros Felix Fischer e Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 18h, participa de cerimônia de premiação de documentários sobre a Lei Maria da Penha.

CI Energia

7h30 A situação energética no país é tema de audiência pública. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, participa do debate. Na pauta, projeto que obriga empresas aéreas a reembolsar passageiros em até 30 dias.

CAS Teste da linguinha

9h O teste da linguinha, protocolo de avaliação do frênulo da língua nos bebês, pode se tornar obrigatório em maternidades. Projeto nesse sentido consta da pauta da comissão. Também poderá ser votado texto que dispõe sobre o período adicional para recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na elegibilidade familiar.

CDR Rio São Francisco

9h Audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Francisco José Teixeira. Em debate, as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco.

CDH/CRE Guarda de menores

9h As Comissões de Direitos Humanos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional debatem os conflitos entre pais de nacionalidades diferentes sobre a guarda de crianças. Participa da audiência a ministra Maria do Rosário.

CCJ Sabatina

9h Sabatina de Néfi Cordeiro para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Votação, às 10h, de emendas de Plenário ao projeto que trata da redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União.

EDUCAÇÃO Financiamento

14h A comissão criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação realiza reunião de trabalho.

ASSUNTOS MUNICIPAIS Free shops

14h30 Audiência pública da Subcomissão de Assuntos Municipais para debater a regulamentação da lei que autoriza a instalação de lojas francas — os free shops.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Infraestrutura** e, às 9h, audiência pública da **Comissão de Desenvolvimento Regional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos em sessão que aprovou gratuidade nos pedágios para condutores deficientes

Aprovada isenção de pedágio para deficientes

Emenda acatada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos estabelece que o Poder Executivo vai regulamentar o benefício, fixando os critérios para a concessão da gratuidade

OS VEÍCULOS CONDUZIDOS pelas pessoas com deficiência poderão ficar isentos do pagamento de pedágio em rodovias. A medida é prevista em projeto de lei (PLS 452/2012) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

De autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), a proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na CAE, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou relatório a favor do projeto, lido pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Emenda apresentada pela relatora remete ao Poder Executivo

o regulamento dos termos de concessão do benefício.

O projeto condiciona a isenção ao princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias. Lúcia Vânia observa que, como o projeto não menciona recursos orçamentários para a despesa decorrente, “conclui-se que o benefício seria custeado pelo aumento do valor do pedágio para os demais motoristas”.

A relatora na CAE considera necessário impor limite à gratuidade para assegurar viabilidade econômica à proposta. Segundo ela, tal limitação pode se dar em função de fatores

como a renda da pessoa com deficiência, o grau de comprometimento da acessibilidade e os recursos médico-hospitalares de que necessita alcançar utilizando a rodovia.

Por considerar a matéria eminentemente técnica e sujeita a atualizações constantes, a relatora não acha conveniente fixar tais parâmetros em lei. Optou por emenda que remete a proposta à regulamentação do Poder Executivo.

Durante a discussão, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou dúvida quanto à eficácia do projeto, pelo fato de não indicar fonte de recursos para custear o benefício.

Tombini poderá falar sobre riscos à economia na próxima semana

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini (foto), deverá comparecer ao Senado na próxima terça-feira para fazer o balanço trimestral sobre a política monetária, anunciou ontem o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Um dos temas da pauta poderá ser o relatório do Federal Reserve (Fed), o banco central americano, que colocou o Brasil como o segundo país emergente mais vulnerável a uma crise nas contas externas.

Tombini deverá ser ouvido também sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas por parte da Caixa Econômica Federal.

Empréstimo ao Paraná tem parecer favorável e deve ser votado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a examinar ontem autorização para a contratação de empréstimo de US\$ 8,5 milhões entre o Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos deverão financiar parcialmente o Programa de Gestão Fiscal do estado.

No relatório sobre a operação, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que o empréstimo foi considerado pela Secretaria do Tesouro Nacional “elegível para recebimento de garantia da União”, porque será contratado com organismo multilateral de crédito com o objetivo de financiar a melhoria da gestão fiscal.

Na reunião de ontem, Aloysio Nunes leu o relatório favorável ao pedido e o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva à proposta. A votação poderá ocorrer na próxima reunião da comissão.

Ainda não há acordo para garantir verbas à saúde animal e vegetal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) suspendeu a votação do projeto que veda o contingenciamento de recursos para sanidade animal e vegetal, à espera de um acordo que viabilize a garantia de recursos para a atividade. Do ex-senador Antonio Russo, o projeto (PLS 591/2011) não obteve relatório favorável de José Pimentel (PT-CE, foto), mas vários membros da CAE defenderam a aprovação.

Diante da ponderação dos senadores, Pimentel pediu a retirada da matéria da pauta e comprometeu-se a negociar uma solução. Uma das ideias é impedir o contingenciamento com uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Pedro Franco/Agência Senado

Jorge Viana pede mais prazo para vítimas da cheia pagarem dívidas

Jorge Viana (PT-AC) pediu aos Bancos do Brasil e da Amazônia e à Caixa Econômica Federal prazo maior para que os empresários do Acre possam pagar pelos produtos que não chegam em razão do alagamento da BR-364, que liga o estado ao restante do país.

O senador ainda pediu ao governo federal a liberação de dinheiro para minimizar os estragos provocados pela cheia do Rio Acre, que corta Rio Branco.

Já são mais de 800 famílias desabrigadas na cidade, que sofre com o desabastecimento, que só não é maior em razão da ajuda dos barcos vindos de Manaus e dos aviões da Força Aérea Brasileira, informou Viana.

Adiada votação sobre tributação de micro e pequena empresa

A pedido do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) transferiu para a próxima semana a votação do projeto de lei complementar (PLS 323/2010) que veda a aplicação pelos estados da substituição tributária e do regime de antecipação do recolhimento de imposto nas operações das empresas optantes pelo Simples Nacional, livrando as micros e pequenas empresas de um ônus de R\$ 1,7 bilhão ao ano.

A substituição tributária permite ao contribuinte pagar o imposto devido pelos clientes ao longo da cadeia de comercialização.

O tratamento diferenciado dessas empresas, previsto na Constituição e na Lei Complementar 123/2006, está sendo anulado na prática por muitos estados. A denúncia foi feita ontem por Armando Monteiro e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Relator de projeto de lei que disciplina a substituição tributária, Armando anunciou que está elaborando um novo marco legal capaz de impor limites ao uso desse instrumento, já que alguns estados estabelecem critérios arbitrários que prejudicam os pequenos negócios.

Em defesa de novas regras, Gleisi Hoffmann disse que o Instituto Brasileiro de Plane-

jamento e Tributação calculou o impacto numa empresa com faturamento anual de R\$ 1,2 milhão e com 70% da venda sujeita à substituição tributária.

Pelo Simples, essa empresa pagaria 8,33% da receita, sendo que 2,92% seriam de ICMS. Com a substituição tributária, a mesma empresa teria de pagar o equivalente a 14% de imposto.

— Isso retira o benefício do Simples que o Congresso Nacional votou — advertiu Gleisi.

Por sugestão do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que colocará a matéria como primeiro item da pauta da próxima reunião deliberativa da comissão. Se aprovado na CAE, o projeto seguirá para o Plenário.



Lio de Paula/Agência Senado

Armando Monteiro quer nova lei para tributação de pequenas empresas

Anibal: indústria cresce, mostrando que Dilma conduz país com firmeza

Anibal Diniz (PT-AC) comentou pesquisa da Confederação Nacional da Indústria que revela recuperação do setor industrial em janeiro, em relação a meses anteriores. O senador ressaltou que há espaço para melhorar ainda mais o desempenho da economia e, na opinião dele, os indicadores mostram que a presidente Dilma Rousseff tem conduzido o país com firmeza.

— E os resultados, ainda que não tenham sido excepcionais, são sólidos e apontam um caminho para um Brasil permanentemente em crescimento. E isso dá, certamente, uma garantia a mais para a população apostar no certo, e não no duvidoso — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reunião foi antecipada para que deputados e senadores conheçam mais detalhes sobre as alterações feitas pelo relator da proposta

Parlamentares definem hoje data de análise da MP da Tributação

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 627/2013, também conhecida como MP da Tributação, decidiu antecipar para hoje, às 14h30, a análise das alterações feitas pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no relatório inicial dele. A reunião estava prevista para amanhã.

A mudança de data foi determinada pelo presidente da comissão, senador Walter Pinheiro (PT-BA), com o apoio do relator, que pretende mostrar aos deputados e senadores mais detalhes sobre a proposta. Hoje os parlamentares devem definir o dia de discussão e votação da medida provisória.

Com texto detalhista e complexo, a MP promove alterações em normas tribu-



Presidente da comissão mista, Pinheiro (D) antecipou a análise das alterações feitas pelo relatório de Eduardo Cunha

tárias e contábeis para tentar resolver impasses judiciais provocados pela tributação dos lucros das empresas controladas ou coligadas

no exterior. O texto também fixa novos prazos para o pagamento de tributos, como o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido (CSLL).

A comissão mista fez duas audiências públicas para instruir a proposta do Executivo, que recebeu 513 emendas.

Liminar reacende discussão sobre comércio eletrônico

A recente liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a cobrança de ICMS no comércio eletrônico reacendeu a discussão da matéria na Câmara dos Deputados. Por entendimento do ministro Luiz Fux, a arrecadação do imposto deve ficar com o estado de origem da mercadoria, inclusive no chamado comércio não presencial, que inclui as transações feitas pela internet.

A polêmica surgiu em 2011, quando 17 estados e o Distrito Federal apoiaram uma regra do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que autorizava o estado de destino da mercadoria comprada pela internet a cobrar tarifa interestadual de ICMS. Dessa forma, o tributo, que



Decisão manda cobrança do ICMS ser feita no estado de origem dos produtos

já era cobrado no estado de origem do produto, passou a ser cobrado também no destino, criando a chamada bitributação.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entrou na Justiça contra a medida

do Confaz e foi atendida em caráter liminar pelo STF.

No Congresso Nacional, uma proposta de emenda à Constituição já aprovada no Senado pretende resolver a questão, distribuindo os recursos do ICMS entre os estados de origem e de destino

(PEC 197/2012 na Câmara).

Segundo o deputado Márcio Macêdo (PT-SE), que é relator da PEC na comissão especial criada pela Câmara para analisá-la, a proposta busca criar um equilíbrio entre os estados. Macêdo diz que a ideia é aprovar o parecer e encaminhar o texto ao Plenário ainda neste mês.

O relator ressalta que, entre 2001 e 2011, o faturamento com a modalidade aumentou 35 vezes: subiu de R\$ 540 milhões para quase R\$ 19 bilhões.

Pela proposta, o ICMS incidente sobre comércio eletrônico será distribuído entre o estado remetente e o de destino das mercadorias, independentemente de o comprador ser ou não pessoa física.

(Da Agência Câmara)

MP de crédito a agricultores terá parecer apresentado dia 26

Em reunião ontem da comissão mista que analisa a Medida Provisória 636/2013, o relator, senador Wellington Dias (PT-PI), adiantou que pretende apresentar seu parecer preliminar no próximo dia 26. Por falta de quórum, não foi votado o requerimento, do próprio relator, para realização de audiência pública para discutir a MP.

O texto institui linha especial de crédito para famílias incluídas no Plano Nacional de Reforma Agrária, além de perdoar dívidas dos assentados e estabelecer condições



Pedro França/Agência Senado

especiais de renegociação dos saldos remanescentes.

Além disso, permite ao assentado da reforma agrária quitar débitos assumidos para construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento semelhantes às atuais regras instituídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O presidente da comissão mista, deputado João Coimbra (PMDB-TO), convocou novo encontro para terça-feira a fim de votar o requerimento.

(Da Agência Câmara)

Volta à discussão projeto que muda regras do Bolsa Família

Motivo de controvérsia entre governo e oposição, a proposta de modificação dos critérios de permanência no Programa Bolsa Família (PLS 458/2013) será novamente analisada pela

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), hoje. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), recomenda a aprovação. Mas o líder do PT, Humberto Costa (PE), apresentou voto em separado.

O texto, de Aécio Neves (PSDB-MG), estabelece em lei regras para o desligamento de beneficiários do Bolsa Família, hoje inseridas em decreto pre-



Genaldo Magalhães/Agência Senado

sidencial, e propõe que as condições de permanência sejam avaliadas a cada dois anos. Depois da CAS, o projeto vai a votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Humberto argumenta que o texto pode dar margem a diferentes interpretações e restringir direitos dos beneficiários.

O projeto estava na pauta da da CAS de 19 de fevereiro, mas a votação foi adiada. A discussão envolveu mais de 20 parlamentares, que se revezaram em acusações de exploração eleitoral do Bolsa Família.

Reunião da Comissão de Orçamento é remarçada para dia 18

A reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) de ontem durou apenas dez minutos. Por falta de quórum, o presidente do colegiado, senador Lobão Filho (PMDB-MA), encerrou o encontro e convocou nova reunião ordinária para o dia 18.

O líder da Minoria na Câmara, Domingos Sávio (PSDB-MG), reclamou que a maioria governista vem impedindo quórum para não ter que votar o requerimento de convocação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, feito por ele.

— O governo quer parar a Comissão de Orçamento, quer calar o Congresso?

O deputado quer que a ministra esclareça o decreto presidencial que autoriza órgãos públicos a contratarem diretamente, sem licitação, a Geap — Autogestão em Saúde, principal operadora de planos de saúde e seguridade social do funcionalismo público federal. Outro requerimento dele convida representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Geap para debaterem o mesmo assunto.

Novos integrantes

Lobão Filho disse que vai ser difícil a CMO conseguir quórum antes do fim da gestão com a composição atual e informou que os itens continuam na pauta.

— Ao governo não interessa mais que nós tenhamos sessões. É início de ano eleitoral, há temas que não são de interesse do governo debater — disse o senador.

Nos próximos dias, as lideranças partidárias terão que indicar ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, os novos membros titulares e suplentes da CMO em 2014. A distribuição das vagas entre os partidos segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho das bancadas. A CMO tem 46 titulares (34 deputados e 12 senadores) e igual número de suplentes. PT e PMDB têm maior número de integrantes, com 14 parlamentares.



Lobão Filho, presidente da CMO, não crê em quórum na composição atual

Comissão aprova sinal sonoro para indicar ligação entre operadoras

Substitutivo de Flexa Ribeiro determina que prestadora informe, por sinal padronizado, se a ligação é para assinante da própria rede ou não

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT) aprovou um substitutivo que obriga as companhias telefônicas a identificar previamente, por um sinal sonoro padronizado, se haverá custo de interconexão entre operadoras. A proposta (PLS 343/2012), que abrange tanto telefones fixos quanto celulares, será submetida a turno complementar na CCT e, se não houver recurso para votação em Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o texto original determinava que a identificação da chamada fosse feita mediante informação do nome da prestadora de destino. A identificação ficaria dispensada quando a chamada efetuada pelo usuário tivesse como destino a mesma operadora de origem. O autor explicou que uma chamada originada e terminada na rede da mesma



Valdir Raupp (E), Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Alfredo Nascimento e Ivo Cassol participam de reunião da CCT

prestadora é mais barata, pois dispensa o pagamento de tarifa de interconexão.

A matéria recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), na qual o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), argumentou que, por ser eminentemente técnico, o assunto deveria ser tratado exclusivamente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No entanto, o relator na CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA),

ponderou que o tema requer atenção do Congresso por afetar a renda e a qualidade de vida de mais de 100 milhões de brasileiros.

Flexa apresentou um substitutivo sugerindo que a prestadora informasse, por meio de sinal sonoro padronizado, se a ligação está sendo destinada a assinante da própria rede ou não. Caberá à Anatel regulamentar depois o assunto.

Atualmente, já existem operadoras que emitem sinais sonoros para identificar

ligação para a própria rede. A proposta estenderá a prática a todas as operadoras, e o sinal sonoro — como o de linha ocupada — deverá ser padronizado.

Também foram aprovados 44 projetos de decreto legislativo para outorgar permissão de explorar serviço de radiodifusão em várias cidades do Brasil.

A comissão adiou a análise do projeto que declara o programa radiofônico *Voz do Brasil* como patrimônio cultural imaterial do país.

Perrella não quer extinção da Comissão de Ciência e Tecnologia

No início da reunião de ontem, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Zeze



José Cruz/Agência Senado

Perrella (PDT-MG), manifestou-se contra o relatório do senador Lobão Filho (PMDB-MA) ao projeto que reforma o Regimento Interno do Senado (PRS 17/2009). No relatório, Lobão propõe a redução do número de comissões, extinguindo a CCT.

— Em que pese termos a convicção de que o senador Lobão Filho está imbuído dos melhores propósitos, há que se reanalisar melhor essa proposta, inclusive, revertendo-a, já que a necessidade seria justamente fortalecer a CCT, e não extingui-la — afirmou Perrella.

O presidente da CCT fez um histórico das atividades da comissão, criada em 2007. De acordo com Perrella, até hoje foram votadas mais de 4 mil proposições. A comissão fez mais de 300 reuniões, das quais cerca de 160 foram audiências públicas.

— Os assuntos aqui tratados são de extrema relevância e a sua distribuição a outras comissões significará de imediato que temas como desenvolvimento científico e tecnológico serão deixados em segundo plano — disse.

Segundo Perrella, a comunidade científica já se manifestou contrária à extinção da CCT.

Rede elétrica pode passar a ser subterrânea

As concessionárias poderão ser obrigadas a substituir redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em municípios com mais de 300 mil habitantes. Proposta nesse sentido foi

aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto original (PLS 37/2011), do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), previa a substituição em cida-

des com mais de 100 mil habitantes, mas um substitutivo de Lobão Filho (PMDB-MA) na Comissão de Infraestrutura (CI) definiu a exigência para municípios com mais de 300 mil habitantes.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concorda com Crivella, mas manifestou preocupação com o impacto da medida nas tarifas de energia elétrica. O projeto segue agora para a Comissão de Infraestrutura.

Pedro França/Agência Senado



Gleisi: não há risco de racionamento de energia no país

Mesmo com a falta de chuvas, não há risco de racionamento de energia porque o sistema foi integrado e houve grande investimento em 11 anos, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela lembrou que, por causa da seca, o governo está usando as termelétricas.

— O sistema é confiável. Hoje temos 126 mil megawatts de potência instalada, contra 80 mil em 2002. E temos 116 mil quilômetros de linha contra 73 mil — afirmou, citando o aumento de investimentos desde os apagões de 2001 e 2002.



Flexa afirma que Dilma não cumpriu 74% das promessas

A presidente Dilma Rousseff não cumpriu 74% das promessas feitas enquanto candidata, de acordo com Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador disse ter analisado 91 promessas de campanha, de melhorias em áreas como saúde, educação e segurança pública.

Flexa destacou que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012 houve um aumento do analfabetismo no Brasil e que, atualmente, 8,7% da população ainda não sabe ler e escrever.

Para Aloysio, falta de liderança explica crise entre PT e PMDB

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) avalia que a crise entre PT e PMDB é fruto da inabilidade política e da falta de liderança da presidente da República, Dilma Rousseff.

Segundo o senador, a falta de liderança faz com que a fragmentação política se torne evidente e explica porque desde outubro do ano passado a Câmara dos Deputados não vota nenhum projeto.

— Essa crise não se improvisa. É o resultado de um método de fazer política, de um partido que trata seus aliados como as cozinheiras de antigamente tratavam as galinhas: depenando-as antes de colocá-las na panela.



Humberto diz que Campos faz críticas injustas à presidente

O líder do PT, Humberto Costa (PE), acusou o governador de Pernambuco e pré-candidato à Presidência, Eduardo Campos (PSB), de atacar de forma injusta a presidente Dilma Rousseff em razão dos 3 mil empreendimentos em execução no estado com recursos federais nas áreas de transporte, energia e mobilidade, entre outras.

— Me causa estranheza que o candidato, que integrou o governo até meados do ano passado, venha com ataques à presidente. É de uma incoerência gritante.



Lídice da Mata rejeita ataques do PT a governador do PSB

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou a postura de membros do PT por ataques e acusações ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

O PT, entende a senadora, precisa debater com a mesma elegância que cobra dos adversários. Ela lamentou que as políticas públicas federais não tenham correspondido à confiança do eleitor do Nordeste.

— O diferencial é a capacidade de gestão que este governador apresenta, responsável pelos mais altos índices de aprovação — ressaltou.



Rollemberg defende Eduardo Campos e critica Dilma

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) saiu ontem em Plenário em defesa do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pré-candidato do PSB à presidência da República. O senador criticou o governo de Dilma Rousseff e rebateu as declarações feitas mais cedo pelo senador Humberto Costa (PT-PE), para quem Eduardo Campos age com “injustiça” e “incoerência” ao lançar-se em oposição ao governo.

Rollemberg afirmou que governador de Pernambuco é o “mais bem avaliado” do país.

Debate mostra que persistem as dúvidas sobre legado da Copa 2014

A 100 dias da competição mundial de futebol no Brasil, participantes de audiência na Comissão de Educação e Esporte levantam questões como o fato de que, das 56 obras previstas, apenas 5 estão prontas e muitas foram retiradas da *Matriz de Responsabilidades*

QUANDO O BRASIL foi escolhido como sede da Copa do Mundo de 2014, em 2007, muito se falou no legado que o mundial de futebol deixaria, como estádios modernos e obras de mobilidade urbana que ajudariam a melhorar a vida de milhões brasileiros. Faltando menos de cem dias para o jogo de abertura entre Brasil e Croácia, no dia 12 de junho, persistem as dúvidas sobre os resultados dos investimentos, como ficou demonstrado no debate interativo promovido ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cidadãos que enviaram perguntas e comentários, senadores e debatedores manifestaram preocupação com as obras previstas na *Matriz de Responsabilidades*, documento lançado em 2010 pelo governo com a lista de obras de mobilidade urbana que deveriam estar prontas até o início da Copa. Das 56 previstas, apenas 5 ficaram prontas. Outras 35 estão sendo tocadas, mas muitas — a maioria delas — não devem ficar prontas para o Mundial, tendo sido até retiradas do documento.

Ao tirarem as obras da matriz, estados e municípios se eximiram de ter que finalizá-las até



No Aeroporto de Brasília, o Tribunal de Contas da União constatou inconsistências nos valores estimados para as obras, que fizeram subir o preço mínimo para outorga no leilão

junho. Entre as obras mantidas, a construção e a reforma de estádios são as que se encontram em estágios mais avançados. Contudo, o custo e a qualidade de alguns estádios também têm recebido críticas.

É caso, por exemplo, da Arena da Amazônia, em Manaus, que recebeu no domingo o primeiro

evento-teste. Apesar do público de apenas 20 mil pessoas — o estádio tem capacidade para 42 mil espectadores — para a partida entre Remo e Nacional, houve reclamações sobre acessibilidade, transporte e estacionamento.

O estádio Mané Garrincha, em Brasília, tem sofrido críticas pelo custo, que ultrapassou R\$

1,4 bilhão, e pela estrutura — devido a goteiras e dificuldades no acesso à internet. Segundo o jornalista e diretor do Portal da Copa 2014, Rodrigo Magalhães Prada, se comparado o custo por assento nos estádios, o Brasil tem gastado bem mais que África do Sul e Alemanha, que sediaram as edições anteriores do evento. O

primeiro deve gastar R\$ 7.983,60 por cadeira, contra R\$ 3.600 do país europeu e 3.270 do africano.

— Nenhum estádio brasileiro tem pronta a estrutura de tecnologia da informação. Será a Copa do Mundo das mídias sociais, mas os 600 mil turistas que estarão aqui terão dificuldades nessa área — afirmou Prada.

TCU: falta de planejamento atrasou aeroportos

A análise e a correção dos editais de licitação em 6 de 13 aeroportos, devido à fiscalização do TCU, do Congresso e da Controladoria-Geral da União (CGU), trouxeram uma economia de R\$ 218,4 milhões. As obras estão a cargo da Infraero.

Em dezembro de 2011, o TCU identificou inconsistências nos valores estimados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para as obras a serem feitas pelas futuras concessionárias de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas-SP) e Brasília, determinando que a agência deduzisse os valores — R\$ 1,631 bilhão para Guarulhos, R\$ 2,334 bilhões em Viracopos e R\$ 740 milhões em Brasília. Essas mudanças fizeram com que subissem os preços mínimos para outorga nos três leilões.



Lamartine da Costa, Cyro Miranda, José Bernasconi e Vasconcelos na reunião

No entanto, as reformas ainda preocupam. Só 85% das obras no Aeroporto de Confins (MG) devem ser entregues até a Copa. Em Fortaleza, apenas a parte inferior do terminal deverá ficar pronta até abril. Outros aeroportos devem ter obras provisórias. Para o TCU, a falta de planeja-

mento é um motivo dos atrasos. — Eventualmente o empreendimento atrasa porque o prazo foi mal dimensionado. Em 99% dos casos, aqueles prazos foram justificados mediante experiência do projetista — afirmou o assessor do ministro-relator das obras, Rafael Jardim Cavalcante.

Por telefone e internet, cidadãos questionam gastos e prioridades

Ao lerem manifestações de internautas enviadas por meio dos canais interativos do Alô Senado e do e-Cidadania, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Ana Amélia (PP-RS) disseram que é notável a insatisfação da opinião pública em relação aos gastos com a Copa e os atrasos nas obras de mobilidade urbana e em portos e aeroportos.

— Não vamos adotar uma postura de avestruz, a de enfiar a cabeça na areia, para não enxergar o que se passa ao redor. Essa é a realidade no Brasil. Basta encomendar uma pesquisa. Nós vamos verificar que a maioria esmagadora da população brasileira entende

que o povo está sendo pilhado — disse o senador.

Pelo Alô Senado, Guilherme Munhoz, de Bragança Paulista (SP), explicou por que está desmotivado para a Copa.

— Nossos estádios são caríssimos, têm péssima infraestrutura, estão muito atrasados e vemos sempre nos noticiários que algo aconteceu, como uma cobertura que caiu ou algum trabalhador que morreu.

Por meio do e-Cidadania, Alex E. questionou prioridades dos investimentos públicos.

— Entendo que há superaquecimento nas obras da Copa, mas o que revolta é o descaso com saúde e educação.

Congresso atuou para reduzir custos dos estádios e aeroportos

Desde o início das obras da Copa do Mundo, Congresso, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) se articularam para ajudar os governos federal, estaduais e municipais a controlar seus investimentos.

O primeiro passo foi analisar os projetos originais das obras dos estádios, algumas feitas por meio de parcerias público-privadas (PPPs), outras pelo regime de empreitada. Ainda em 2010, uma análise da Secretaria de Fiscalização de Desestatização do TCU (Sefid) identificou indícios de irregularidades nas contratações de PPPs em diversos estádios.

A Arena Castelão, em Fortaleza, e a Arena das Dunas, em Natal, recorreram a PPPs e, de acordo com o TCU, os contratos originais continham irregularidades. Os problemas foram identificados a tempo de evitar riscos de danos aos cofres públicos. No caso da PPP da Arena da Amazônia, o tribunal concluiu em 2010 pela existência de sobrepreço de R\$ 86,5 milhões. Dois anos depois, um acórdão confirmou que mudanças no contrato resultaram em uma redução de R\$ 65 milhões no custo final.

Para as Arenas Pernambuco, em Recife, e Fonte Nova, em Salvador, a fiscalização permitiu que obras de acessibilidade urbana no entorno dos estádios, inicialmente não previstas, fossem acrescentadas às obrigações das construtoras.

Em 2010, o TCU identificou falhas na elaboração do projeto básico de reforma do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e não cumprimento de todas as exigências do BNDES para a concessão da linha de crédito especial. Em 2012, o valor da empreitada subiu para R\$ 956,8 milhões. A justificativa para os mais de R\$ 250 milhões de acréscimos foi a necessidade da completa reconstrução da cobertura. Auditoria conjunta do TCU e da CGU encontrou “possível sobrepreço de R\$ 163,4 milhões”. O governo do Rio de Janeiro acabou apresentando outro orçamento, no valor de R\$ 859,4 milhões.

Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, José Roberto Bernasconi, “o legado da Copa é inegável e os estádios são modernos. O Brasil aprendeu a fazer”. O professor da Universidade de São Paulo (USP) Lamartine da Costa diz que, independentemente da conclusão de obras, o mundial tem catalisado melhorias em infraestrutura.

— Há três décadas não se fazia obra de mobilidade urbana no Rio de Janeiro — disse. Mas Cyro Miranda (PSDB-GO) teme que as obras sejam abandonadas após a Copa.

— Só tem legado quando ele é entregue — disse o senador.



Senadores e deputados vistoriam as obras do estádio de Brasília, em 2013



Intervenções em mobilidade urbana de Belo Horizonte pelo TCU permitiram evitar gastos sem paralisar a execução das obras

Fiscalização gerou economia de R\$ 550 milhões

A fiscalização do Tribunal de Contas da União sobre a aplicação de recursos federais nas obras da Copa de 2014 resultou, até agora, em economia de R\$ 550 milhões. A informação foi dada ontem por representantes do TCU que participaram da audiência da Comissão de Educação (CE).

A economia para os cofres do país leva em conta intervenções nas áreas de estádios, aeroportos, mobilidade urbana, telecomunicações e portos, e aborda a fiscalização feita pelo TCU de contratos e execução de obras nas 12 cidades-sede que vão receber jogos do Mundial. Graças ao tribunal, R\$ 97 milhões do orçamento de reforma do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e R\$ 65 milhões da construção da

Arena da Amazônia, em Manaus, foram reduzidos, sem que fosse necessário paralisar as obras.

O coordenador-geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste, Adalberto Santos de Vasconcelos, observou que o TCU não constatou casos de desvios ou má-fé, mas erros na elaboração dos processos de licitação e outras incorreções que não resultaram em nenhum processo no tribunal.

— Esse mais de meio bilhão de reais economizado foi uma atuação tempestiva, sem paralisar um único empreendimento — assinalou Vasconcelos.

No Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, o TCU identificou, no edital, restrições à competitividade do certame e

sobreavaliações de preços e quantidades. Segundo o órgão, foram economizados R\$ 97 milhões antes mesmo de a obra começar.

No Aeroporto de Fortaleza, foram apurados sobrepreços de quantitativos e serviços, cuja correção resultou em uma redução dos preços do edital de R\$ 15 milhões. No Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, outros R\$ 15 milhões. A atuação dos auditores do TCU também garantiu economia de R\$ 11,5 milhões em Cuiabá e outros R\$ 6,6 milhões em Porto Alegre.

Nos portos em Santos, Natal, Fortaleza, Rio de Janeiro e Manaus, foram quase R\$ 100 milhões em intervenções específicas nos projetos e nos orçamentos economizados, de acordo com o TCU.

Figueiró diz que população está descontente

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) apresentou ontem em Plenário resultados de pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) segundo a qual 65% dos brasileiros desejam mudanças na forma de governar.

Além disso, a pesquisa mostra que 80% discordam dos investimentos em estádios de futebol para a Copa do Mundo e consideram que foi um equívoco a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) ter escolhido o Brasil como sede.

Apesquisa também aponta que 85% acreditam que haverá protestos durante a Copa e que 66% creem que as obras de mobilidade urbana não estarão concluídas no prazo.

Figueiró destacou que 77% percebem que o custo de vida aumentou e 84% não veem melhoria na saúde.

— O eleitor brasileiro vem mostrando que sonha com um Brasil diferente. Queremos um modelo que aprofunde o processo de democrático, garanta as conquistas

sociais, fortaleça a estabilidade da economia e, ao mesmo tempo, reduza a carga tributária e promova a inovação tecnológica — disse.



Para Figueiró, pesquisa mostra que eleitor sonha com um Brasil diferente

Os números da Copa: investimentos e fiscalização

<p>OBJETOS DE FISCALIZAÇÃO DO TCU</p> <ul style="list-style-type: none"> Governança da Copa (atuação do Ministério do Esporte, GE-Copa e demais pastas ministeriais) Obras de aeroportos (Infraero e Anac) Obras dos portos (Secretaria de Portos da Presidência da República) Atuação dos agentes financeiros federais (BNDES, Caixa e BNB) Obras estaduais e municipais (mobilidade urbana e arenas esportivas: cooperação com MPF e tribunais de contas estaduais ou dos municípios) Ações de segurança pública e de defesa (Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos, Forças Armadas e Ministério da Defesa) Ações de desenvolvimento do turismo (Centro de Atendimento ao Turista — CAT; sinalização turística e obras de acessibilidade na cidade, via contrato de repasse com a Caixa) Obras de transmissão de energia Projetos de telecomunicações (rede metropolitana de fibras ópticas a cargo da Telebrás e implantação de equipamentos e sistemas pela Anatel) 	<p>CONTEXTO DA ATUAÇÃO DO TCU</p> <p>TCU</p> <ul style="list-style-type: none"> Financiamentos com o BNDES Financiamentos com a Caixa Portos Aeroportos Colaboração técnica com os TCEs e TCMs <p>TCEs e TCMs</p> <ul style="list-style-type: none"> Estádios Mobilidade urbana Outros empreendimentos com recursos estaduais e municipais <p><i>Quando os recursos da União limitam-se aos financiamentos, o TCU avalia apenas a regularidade das operações, o que envolve, também, a finalidade e probidade dos investimentos — se os empréstimos não estão alimentando obras superfaturadas.</i></p>	<p>RESULTADOS DA ATUAÇÃO DO TCU</p> <p>Arenas esportivas</p> <ul style="list-style-type: none"> Orientação acerca da atuação do BNDES e do BNB (melhoria de procedimentos e controles internos) Redução de R\$ 97,4 milhões no orçamento da reforma do Maracanã Redução de R\$ 65 milhões no custo das obras de reconstrução da Arena da Amazônia <p>Aeroportos</p> <ul style="list-style-type: none"> Economias decorrentes da análise dos editais de licitação (editais/orçamentos refeitos pela Infraero/Anac): <ul style="list-style-type: none"> Confins: R\$ 97 milhões Manaus: R\$ 73,1 milhões Fortaleza: R\$ 15 milhões Galeão: R\$ 15,2 milhões Cuiabá: R\$ 11,5 milhões Porto Alegre: R\$ 6,6 milhões <p>Portos</p> <ul style="list-style-type: none"> Economia de R\$ 93 milhões: <ul style="list-style-type: none"> Rio de Janeiro Fortaleza Natal Santos Manaus 	<p>ARENAS ESPORTIVAS</p> <p>7 concluídas</p> <p>5 a serem entregues</p>	<p>DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Investimento (em R\$ mil)</th> <th>Financiamento (em R\$ mil)</th> <th>Número de assentos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Brasília</td> <td>1.403,30</td> <td>—</td> <td>72.777</td> </tr> <tr> <td>Rio de Janeiro</td> <td>1.050</td> <td>400</td> <td>78.639</td> </tr> <tr> <td>São Paulo</td> <td>820</td> <td>400</td> <td>68.000</td> </tr> <tr> <td>Belo Horizonte</td> <td>695</td> <td>400</td> <td>62.170</td> </tr> <tr> <td>Salvador</td> <td>689,4</td> <td>323,6</td> <td>55.045</td> </tr> <tr> <td>Manaus</td> <td>669,5</td> <td>400</td> <td>44.480</td> </tr> <tr> <td>Cuiabá</td> <td>570,1</td> <td>339</td> <td>44.335</td> </tr> <tr> <td>Recife</td> <td>532,6</td> <td>400</td> <td>46.000</td> </tr> <tr> <td>Fortaleza</td> <td>518,6</td> <td>351,5</td> <td>63.763</td> </tr> <tr> <td>Natal</td> <td>400</td> <td>396,5</td> <td>42.024</td> </tr> <tr> <td>Porto Alegre</td> <td>330</td> <td>275,1</td> <td>49.989</td> </tr> <tr> <td>Curitiba</td> <td>326,7</td> <td>196,8</td> <td>42.381</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>8.005,2</td> <td>3.882,5</td> <td>669.603</td> </tr> </tbody> </table>		Investimento (em R\$ mil)	Financiamento (em R\$ mil)	Número de assentos	Brasília	1.403,30	—	72.777	Rio de Janeiro	1.050	400	78.639	São Paulo	820	400	68.000	Belo Horizonte	695	400	62.170	Salvador	689,4	323,6	55.045	Manaus	669,5	400	44.480	Cuiabá	570,1	339	44.335	Recife	532,6	400	46.000	Fortaleza	518,6	351,5	63.763	Natal	400	396,5	42.024	Porto Alegre	330	275,1	49.989	Curitiba	326,7	196,8	42.381	TOTAL	8.005,2	3.882,5	669.603	<p>OBRAS DE MOBILIDADE URBANA FINANCIADAS PELA CAIXA EM JAN./2014</p> <p>31 obras</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 concluída 5 (mais de 75% de desembolso) 7 (entre 50% e 75% de desembolso) 13 (menos de 50% de desembolso) 5 (sem desembolso, não iniciadas) <p>Obras de mobilidade da Copa do Mundo: http://bit.ly/obrasMobilidadeCopa Apresentações: http://bit.ly/AdalbertoVasconcelos http://bit.ly/LamartineCosta http://bit.ly/JoseBernasconi</p>
	Investimento (em R\$ mil)	Financiamento (em R\$ mil)	Número de assentos																																																										
Brasília	1.403,30	—	72.777																																																										
Rio de Janeiro	1.050	400	78.639																																																										
São Paulo	820	400	68.000																																																										
Belo Horizonte	695	400	62.170																																																										
Salvador	689,4	323,6	55.045																																																										
Manaus	669,5	400	44.480																																																										
Cuiabá	570,1	339	44.335																																																										
Recife	532,6	400	46.000																																																										
Fortaleza	518,6	351,5	63.763																																																										
Natal	400	396,5	42.024																																																										
Porto Alegre	330	275,1	49.989																																																										
Curitiba	326,7	196,8	42.381																																																										
TOTAL	8.005,2	3.882,5	669.603																																																										

Avança exigência de cobrança separada de contas de água e esgoto

Medida aprovada tem o objetivo de evitar abusos contra os consumidores e segue agora para decisão final na Comissão de Infraestrutura

FOI APROVADO ONTEM, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), projeto do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Atualmente, a Lei do Saneamento Básico, que é alterada pela proposta, permite a cobrança de forma separada ou conjunta.

Ao lembrar que a tarifa conjunta se tornou muito comum, Cyro alerta para as distorções provocadas por tal sistema de cobrança. Segundo ele, isso permite que algumas concessionárias cobrem por um serviço nem sempre prestado. Além disso, o senador argumenta que, ao poder cobrar por um serviço independentemente da qualidade — e mesmo da oferta —, as concessionárias ficam sem incentivo para investir



O presidente da CMA, senador Blairo Maggi (à mesa, à dir.), conversa com Ivo Cassol na reunião de ontem da comissão

na expansão e na qualificação das redes de coleta e dos sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Em voto favorável, o relator da matéria, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), ressaltou que a cobrança do esgotamento sanitário em conjunto com o abastecimento de água é um desrespeito aos direitos do usuário.

A proposta (PLS 291/2013) de Cyro Miranda determina que as cobranças sejam condicionadas “à efetiva prestação do serviço”. E, no caso específico do esgotamento sanitário, também exige que a cobrança seja proporcional aos níveis de tratamento e à disposição final dos esgotos coletados.

O texto prevê ainda multa para o responsável pela edifi-

cação que não fizer a conexão com a rede pública de esgotamento sanitário. O objetivo, explicou o autor, é punir o responsável que “prefira manter sistemas alternativos e poluentes como via de escape da contraprestação tarifária”.

O projeto segue agora para a Comissão de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão final.

Petroleiros falarão sobre plataformas inacabadas

Atendendo requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) fará audiência pública para esclarecer

denúncias de que plataformas inacabadas da Petrobras estariam sendo inauguradas e depois finalizadas já no mar, o que representaria risco para os trabalhadores e mais gastos para a empresa. As denúncias

foram feitas pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense e os dirigentes serão convidados para a audiência.

Segundo Aloysio, o sindicato afirma que a inauguração de plataformas inacabadas

acontece devido à pressão do mercado pelo aumento da produção e por interesse do governo em favorecer a balança comercial do país.

A CMA fará também debate sobre a escassez de água nos centros urbanos. Autor do requerimento propondo a audiência, Jorge Viana (PT-AC) quer discutir a possibilidade de racionamento e as propostas para superar a falta d'água. O debate será em conjunto com a Comissão de Infraestrutura (CI) e deve ter a presença do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo; do secretário-executivo do Ministério das Cidades, Carlos Antonio Vieira Fernandes; e da presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Dilma Pena.



A finalização de plataformas já no mar representa riscos para os trabalhadores, segundo denúncias de sindicalistas

Audiência discute a situação energética do país

Autoridades do setor elétrico participam hoje de audiência na Comissão de Infraestrutura (CI) sobre a situação energética do país. O debate foi proposto por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O senador destacou que, em 4 de fevereiro, um apagão nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte atingiu entre 5 milhões e 6 milhões de pessoas, afetando 11 estados. Também disse que o nível dos reservatórios das hidrelétricas continua caindo. Além disso, segundo

ele, “o atraso do período úmido levou ao recorde de alta do preço de energia de curto prazo e gerou temores sobre o abastecimento do país ao longo do ano, embora representantes do governo tenham descartado racionamento de energia”. De acordo com o senador, o risco de déficit de energia elétrica nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste já chega a mais de 20% neste ano. Ferraço afirmou que, “apesar de o governo federal considerar um risco de 5% como aceitável, técnicos

do setor admitem que, com esse nível de desequilíbrio, um racionamento é praticamente inevitável”.

Estão convidados o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim; o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp; o presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica, Luiz Eduardo Barata; e o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Logo após a audiência, a comissão vai deliberar sobre os três itens que constam da pauta: o PLS 313/2013, sobre os direitos básicos do passageiro de transporte aéreo, e os requerimentos de audiência pública sobre serviços de telefonia celular no país, inclusive conexão 3G e 4G, e sobre a gradativa escassez de água e os reflexos no abastecimento dos centros urbanos.

Vanessa relata debate de legisladores sobre mudança climática

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou ontem, em Plenário, os trabalhos de reunião de cúpula de parlamentares de todo o mundo para discutir o meio ambiente e as mudanças climáticas. O encontro ocorreu em Washington, nos Estados Unidos, no início do mês.

A senadora destacou uma parceria entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial para aumentar o intercâmbio entre os países e estimular a elaboração de leis para minimizar ou até mesmo impedir o aquecimento global.

— São exatamente os países emergentes e países que têm papel muito importante na questão de mudanças climáticas que mais têm avançado no mundo em relação ao tema legislativo — disse.



Vanessa: parceria internacional quer estimular leis para reduzir problema

Paulo Paim pede votação do fim da alta programada

Paulo Paim (PT-RS) cobrou a votação de projeto que obriga a realização prévia de perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para suspensão do pagamento do auxílio-doença (PLS 89/2010).

Atualmente, explicou o senador, ocorre a alta programada, mecanismo que suspende automaticamente o pagamento depois de um período de 60 dias de afastamento. Com a suspensão, disse Paim, o empregado é obrigado a voltar ao trabalho. Só que o médico da empresa pode alegar que o trabalhador não tem condições de atuar. Com isso, o empregado é obrigado a fazer uma perícia no INSS, o que pode demorar até três meses, período em que o trabalhador fica sem o benefício e sem o salário.



Paulo Paim diz que trabalhador sai prejudicado com modelo atual

PEC que limita recursos na Justiça deve ser incluída na pauta do Plenário

Renan também prometeu pautar o projeto que evita armazenamento de grandes quantidades de drogas apreendidas pela polícia

APÓS PEDIDO DE senadores, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai incluir duas matérias na pauta do Plenário: a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o uso de recursos em processos penais e o projeto de lei da Câmara (PLC) que estabelece novo procedimento para destruição de drogas apreendidas pela polícia.

O texto original da PEC 15/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), extinguiu o recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) e o recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois instrumentos seriam substituídos por ações rescisórias (que podem anular sentenças judiciais), após o início do cumprimento das sentenças. O objetivo era evitar que o recurso extraordinário pudesse ser usado para proterlar decisões judiciais.

No relatório de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto foi modificado. Os



Renan chega para presidir a sessão em que o Plenário decidiu adiar análise sobre criação e extinção de órgãos públicos

senadores decidiram manter os dois tipos de recursos, mas antecipar o início da execução da sentença. O texto garante a execução imediata da ordem de prisão em caso de sentenças de órgãos colegiados ou pelo tribunal do júri.

O outro texto a ser incluído na pauta, o PLC 115/2013, tem o objetivo de evitar o armazenamento de grandes quantidades de drogas apreendidas em delegacias

e depósitos policiais, porque isso geralmente transforma as instalações de segurança em alvo do ataque de criminosos.

Órgãos públicos

Por falta de consenso, não foi votada ontem em Plenário a PEC 34/2013, que dificulta a criação e a extinção de órgãos públicos. Por alterar a Constituição, o texto de José Agripino (DEM-RN) precisa de quórum qualificado para

aprovação: três quintos dos senadores ou 49 dos 81 votos.

Além da PEC 34/2013, havia na pauta quatro requerimentos que tratavam de tramitação conjunta de projetos e do encaminhamento de propostas para o exame de mais comissões. Todos foram acatados. O Plenário também aprovou a realização de homenagem, em 21 de março, ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Sentença coletiva poderá ter efeito nacional

Os efeitos da sentença civil e da coisa julgada coletiva serão de âmbito nacional, regional ou local, conforme a extensão do dano e dos direitos ou interesses em litígio. Essa é a proposta do senador Pedro Taques (PDT-MT) para corrigir o que considera um equívoco técnico da lei que disciplina a ação civil pública (Lei 7.347/1985).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 67/2014 também define que a ação civil pública só poderá ser ajuizada novamente se o pedido anterior for julgado improcedente por insuficiência de provas. E mais: a liquidação e a execução individual da sentença poderão ser propostas no foro do domicílio do beneficiário.

Na avaliação de Taques e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme a redação atual da lei, a ação civil pública não teria utilidade porque, em caso de dano em escala nacional ou regional, a ação só pode ser proposta no Distrito Federal ou nas capitais dos estados.

Nesse caso, argumenta o senador, o efeito da sentença perante todos ficaria restrito às capitais, excluindo os demais potenciais beneficiários da decisão. Por isso, o projeto determina que os efeitos e a eficácia da sentença dessas ações serão de âmbito nacional, regional e local.

Na justificativa do projeto, Taques lembrou palavras do ministro Luis Felipe Salomão,

que, no curso de um julgamento no STJ, afirmou que o artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública “baralha conceitos heterogêneos, como coisa julgada e competência territorial”, induzindo à interpretação de que os efeitos da sentença podem ser limitados territorialmente.

Ao justificar a segunda mudança proposta na lei, Taques afirma que, como devem ser atenuados os danos causados às vítimas, a liquidação e a execução individual da sentença poderão se dar no foro do domicílio do beneficiário, e não apenas no foro da condenação. Na opinião do senador, com isso amplia-se a efetividade da tutela dos direitos coletivos.

O projeto de Taques será



Pedro Taques quer efeito real e abrangente para ações civis públicas

votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não houver recurso para ser examinado em Plenário, irá à deliberação da Câmara dos Deputados.

Comissão sabatina hoje desembargador indicado ao STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina hoje, às 9h, o desembargador Néfi Cordeiro, indicado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Se aprovada, a indicação precisa ser confirmada pelo Plenário. Cordeiro foi indicado a vaga destinada a membros de tribunais regionais federais, decorrente da aposentadoria do ministro José de Castro Meira.

O indicado é desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre. Formado em Direito e Engenharia Civil, Cordeiro fez mestrado e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Ele começou a carreira na área pública em 1989, quando foi aprovado em concurso para promotor de Justiça, e é juiz federal desde 1992.

Projeto fixa critérios para diretoria de agências reguladoras

A indicação de diretores para agências reguladoras poderá obedecer a critérios mais rígidos. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 464/2007, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar hoje, às 10h.

Segundo a proposta, de Delcídio do Amaral (PT-MS), o indicado deverá ter ao menos dez anos de experiência no setor e formação acadêmica compatível, observado o nível acadêmico médio dos profissionais do setor que gozem de notório saber.

A proposta altera a Lei 9.986/2000, que estabelece apenas critérios genéricos, como ser brasileiro, de reputação ilibada e com elevado conceito no setor. Para Delcídio, é preciso evitar que “pessoas não qualificadas possam ocupar tal posição de responsabilidade”.

Ana Amélia pede votação da PEC 63

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que coloque logo em votação a Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, que institui a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

Ela explicou que a proposta do



senador Gim (PTB-DF) aguarda aprovação na comissão para ser votada em Plenário.

Ana Amélia afirmou que a medida “é uma segurança necessária para todos os profissionais dedicados à carreira jurídica, seja no próprio Judiciário ou no Ministério Público, uma instituição que tem recebido desta Casa um apoio sempre incontestável”.

Jarbas critica penas para mensalão

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal de rever a condenação imposta em 2012 a réus do processo do mensalão pelo crime de formação de quadrilha.

Pelo voto de 6 dos 11 ministros, os réus foram absolvidos. Isso, explicou o senador, vai permitir que, num futuro bem próximo, os “mensaleiros” deixem a prisão. Para Jarbas, a



decisão é um escândalo e um grande reforço à impunidade dos poderosos.

— Livrar os “mensaleiros” da punição devida é dar um tapa na cara da opinião pública brasileira; é ensinar aos jovens que o crime compensa; é vender a imagem equivocada de que não existe no Brasil a política com “P” maiúsculo e que os fins justificam os meios. Isso é simplesmente inaceitável— afirmou.

Curtas sobre Lei Maria da Penha são premiados

Concurso é promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Autores dos documentários são alunos do ensino médio e seus professores

EM CERIMÔNIA MARCADA para as 18h de hoje, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados apresentarão os premiados do 2º Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha. A cerimônia se realizará no Salão Nobre da Câmara. Os premiados serão um aluno e um professor de cada região do país, havendo ainda um prêmio Júri Popular. Cada um dos premiados receberá um tablet.

Em reunião realizada em fevereiro, a comissão julgadora do concurso escolheu os vídeos ganhadores nas categorias por região e júri popular. Integraram a comissão julgadora Daniela Guerson, coordenadora-executiva de programas da Rádio e TV Câmara; Deraldo Goulart, coordenador do Núcleo de Documentários da TV Senado; Rosângela Maria Rigo, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Luciane Reis, secretária nacional de Juventude da Presidência da República; e Caio Cesar Pinheiro, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubtes).

Senado homenageia mulheres com Diploma Bertha Lutz

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Senado entregará no próximo dia 25 deste mês o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que atuam na defesa de causas femininas e em questões de gênero.

Segundo a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que está à frente da Procuradoria da Mulher do Senado Federal, é essencial aumentar a participação feminina na política.

Vencedores

Os documentários oficialmente anunciados pela comissão julgadora para receber o prêmio são os seguintes:

NORTE	Minhas atitudes coíbem a violência contra a mulher? » NOME DO AUTOR: Mateus de Araujo Ribeiro » NOME DA ESCOLA: Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pinheiro Junior » CIDADE: Tracuateua (PA) » PROFESSORA: Dhne Maria Pereira da Silva » LINK: http://bit.ly/CDLMPnorte
NORDESTE	Mulheres, reajam! » AUTORA: Marcelo de Figueiredo Sant'Anna Júnior » ESCOLA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA) » CIDADE: Santo Amaro (BA) » PROFESSORA: Marcele Almeida Santos » LINK: http://bit.ly/CDLMPnordeste
CENTRO-OESTE	Poderia ser você » AUTORA: Yan Carlos de Sousa » ESCOLA: Centro Educacional Adventista do Gama » CIDADE: Gama (DF) » PROFESSORA: Simone Ferreira de Louro » LINK: http://bit.ly/CDLMPcentrooeste
SUDESTE	Anistia » AUTORA: Renata da Costa Marques » ESCOLA: Escola Municipal Leonor Pinto Thomaz » CIDADE: Sorocaba (SP) » PROFESSORA: Eliane Alves Leal Shimomura » LINK: http://bit.ly/CDLMPsudeste
SUL	Isso tudo me pertence » AUTORA: Giovanna Conrado Quadros » ESCOLA: Colégio Estadual Prefeito Antonio Teodoro de Oliveira » CIDADE: Campo Mourão (PR) » PROFESSORA: Nair Sutil » LINK: http://bit.ly/CDLMPsul
JÚRI POPULAR	Violência contra a mulher: não compactuamos com isso » AUTORA: Gislaíne Renata Vilhas Voas » ESCOLA: Colégio Estadual Visconde de Guarapuava » CIDADE: Guarapuava (PR) » PROFESSOR: Daniel Donato Piasecki » LINK: http://bit.ly/CDLMPjuri

Campanha Mais Mulher na Política será lançada na próxima semana

O Congresso lança no dia 19, em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a campanha Mais Mulher na Política. A minirreforma eleitoral (Lei 12.891/2013) autorizou o TSE a promover uma campanha para "incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política". Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), "as mulheres são quase 52% do eleitorado e ocupam 8,6% das cadeiras no Parlamento. Está tudo errado no Brasil".

Sessão celebrará marcos da luta contra a discriminação racial

O Senado Federal fará sessão especial no dia 21 para lembrar o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo dia, serão celebrados os 30 anos do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e o centenário de nascimento do ex-senador e ativista Abdias do Nascimento, defensor dos direitos dos afrodescendentes no Brasil.

Jayme quer facilitar denúncia de agressão contra mulher pelo 180

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu projeto de autoria dele que obriga as emissoras de rádio e televisão, os jornais e revistas, inclusive na internet, a divulgarem o telefone da Central de Atendimento à Mulher — o "Ligue 180".

O telefone funciona em todo o país, 24 horas por dia, para receber denúncias de violência contra as mulheres. O senador informou que a ligação é gratuita e pode ser feita inclusive de telefones públicos e celulares. Ele acredita que a aprovação do projeto pode aumentar o número de denúncias.



Moreira Moritz/Agência Senado

Senador propõe que veículos de comunicação divulguem o telefone

— Estamos propondo uma iniciativa de baixo custo e elevado grau de eficiência, que, certamente, contribuirá para popularizar o serviço prestado pela central — afirmou.

Collor cobra ação contra violência doméstica em Alagoas

Ao parabenizar as brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado no sábado, Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ser preocupante a situação da violência doméstica em Alagoas. Segundo ele, no ano passado, 133 alagoanas morreram vítimas desse crime. Em janeiro, o estado registrou 274 queixas — contra uma média de 150 por mês em 2013.

— Os dados confirmam o quadro desalentador. Só nos resta torcer para que ainda este ano o governo saia da sua habitual paralisia administra-



Pedro França/Agência Senado

Em 2013, 133 mulheres morreram vítimas desse crime, diz o senador

tiva, passando para a ação. Somente assim será possível dar um mínimo de esperança à alagoana vítima da violência e da injustiça — disse.

Suplicy presta solidariedade a vítimas de racismo no futebol

Os recentes episódios de racismo em jogos de futebol motivaram Eduardo Suplicy (PT-SP) a apresentar voto de solidariedade às vítimas.

Segundo o senador, essas ocorrências são mais comuns do que se imagina, atingindo jogadores, árbitros e dirigentes negros, mas os casos dificilmente se tornam públicos. Ele cobrou punição exemplar.

— Quero solidarizar-me com o juiz Márcio Chagas da Silva, com os jogadores Arouca e Tinga e tantos outros que têm sido vítimas dessas manifestações. Vamos refletir sobre a importância de se res-



Pedro França/Agência Senado

Para senador, casos desse tipo são mais comuns do que se imagina

peitar cada ser humano. Não importa sua origem, raça, cor e condição socioeconômica: é preciso que mostremos que essa não é a realidade do futebol brasileiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tema do tráfico humano foi tratado por CPI, que propôs a adequação da lei brasileira à convenção sobre crime organizado transnacional. Projetos ainda aguardam análise

Senadoras elogiam tema da Campanha da Fraternidade

AS SENADORAS VANESSA Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA) elogiaram a escolha, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do tráfico humano como tema da Campanha da Fraternidade de 2014. Vanessa e Lídice foram, respectivamente, presidente e relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, que investigou esse tipo de atividade em 2011 e 2012 e sugeriu mudanças legislativas para combatê-la, como a tipificação do tráfico de pessoas com pena de quatro a dez anos de detenção e multa (PLS 479/2012).

Para Vanessa Grazziotin, a iniciativa é fundamental, até mesmo porque o Brasil sediará a Copa do Mundo, evento internacional que atrai milhares de turistas.

— A mobilização de pessoas faz com que o problema ganhe mais evidência. É fundamental e muito importante inclusive por ser um crime muito comum, mas completamente invisível — observou a senadora.

Lídice da Mata disse que recebeu “com emoção” a decisão da CNBB de abordar um tema difícil de ser tratado tanto na sociedade quanto na política.

— Tanto que a CPI que fizemos no Senado foi a primeira sobre o assunto. Teve um desempenho muito interessante e apresentou o relatório final com projeto de lei de mudança do Código Penal no que diz respeito ao crime de tráfico de pessoas. Recebemos o apoio do ministro da Justiça, mas não



Cartaz da Campanha da Fraternidade de 2014 mostra diversas faces do crime

conseguimos nem sequer que a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] analisasse o projeto — lamentou a senadora.

Projetos

O PLS 479/2012 ainda tramita na CCJ, onde aguarda designação de relator. Outra proposta oriunda da CPI do Tráfico de Pessoas foi o projeto de resolução que determina a realização de audiências públicas anuais na Comissão de Direitos Humanos (CDH),

com a presença do ministro da Justiça, para discutir a política de governo de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de assistência às vítimas (PRS 82/2012).

As duas senadoras disseram que a volta do tema ao cenário nacional com a Campanha da Fraternidade pode ajudar na sensibilização da sociedade e dos parlamentares sobre a importância da aprovação desses dois projetos e da prevenção e enfrentamento do crime.

CPI identificou casos de adoções ilegais e remoção de órgãos

A CPI do Tráfico de Pessoas do Senado foi instalada em abril de 2011 e encerrou os trabalhos em dezembro de 2012. A comissão realizou audiências públicas para apurar denúncias de tráfico de pessoas em Manaus, Salvador, Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Goiânia. Graças ao trabalho da CPI, vieram a público casos como o da adoção ilegal de cinco crianças de uma mesma família da cidade de Monte Santo, na Bahia.

Vindas de uma família em situação de vulnerabilidade social, essas crianças foram adotadas por famílias do estado de São Paulo, com a ajuda de intermediários, sem que fossem seguidos os devidos procedimentos legais. As autoridades foram acionadas e as crianças acabaram voltando para casa. Os integrantes da CPI também analisaram suspeitas de desaparecimento de crianças em Natal que as autoridades locais acreditavam tratar-se de um caso de tráfico de órgãos.

Entre os encaminhamentos finais, a CPI solicitou o ingresso imediato da Polícia Federal no caso, “tendo em vista o flagrante desrespeito aos direitos humanos e a inépcia demonstrada pelas autoridades policiais e judiciais no sentido de dar uma resposta às famílias”.

A CPI também apurou denúncias de tráfico de tra-

balhadores rurais de Pernambuco para atuar em outros estados, envio de jovens do estado do Rio de Janeiro para a Namíbia, aliciamento de homossexuais em São Paulo, entre outras.

O relatório final concluiu pela apresentação do projeto de lei que procura adequar a valoração dada pela lei penal brasileira ao crime aos termos da Convenção de Palermo das Nações Unidas (contra o crime organizado transnacional), ratificado pelo Brasil em 2003. De acordo com o relatório, uma das falhas da legislação vigente é vincular o tráfico de pessoas exclusivamente à exploração sexual, deixando de lado, por exemplo, os casos ligados à remoção de órgãos, ao trabalho escravo ou adoções ilegais.

Assim, o PLS 479/2012 define como tráfico de pessoas a prática de “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de explorar alguém para: remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; trabalho em condições análogas à de escravo; servidão por dívida; casamento servil; adoção ilegal; exploração sexual e qualquer forma que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou a sua integridade física”. A pena prevista é de prisão de quatro a dez anos e multa.

Pessoas em situação de vulnerabilidade social são vítimas em potencial do tráfico

Ferraço parabeniza CNBB por abordar o tráfico humano

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) parabenizou ontem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por escolher o tráfico de pessoas como tema para a Campanha da Fraternidade de 2014.

Para Ferraço, a CNBB demonstrou coragem ao tratar do assunto. A escolha do tema,

disse o senador, vai permitir que a Igreja jogue luz em uma tragédia que ainda é tratada entre quatro paredes pelas vítimas e considerada algo “fantasioso” pela sociedade.

Ferraço ressaltou que o crime de tráfico humano reduz indivíduos à simples condição de mercadoria e citou dados da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelando que o comércio de seres humanos movimentado pelo menos US\$ 35 bilhões por ano em todo o mundo.

— Os avanços são tímidos e inibidos diante da enormidade e da complexidade dessa teia. O próprio [ministro] José

Eduardo Cardozo reconheceu que o número de inquéritos policiais abertos sobre o tráfico humano é muito pequeno em relação ao volume dos crimes praticados, até porque as vítimas e seus familiares resistem em fazer denúncias por vergonha e medo de intimidação — afirmou.



Ricardo Ferraço considera corajosa a iniciativa dos bispos brasileiros

Ministra participa de audiência sobre sequestro de crianças



Maria do Rosário discutirá situação de brasileiros sem a guarda dos filhos

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, participa hoje, às 9h, de debate sobre a Convenção de Haia de 1980, que trata do sequestro internacional de crianças e entrou em vigor em 1º de dezembro de 1983.

A audiência será promovida conjuntamente pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Relações Exterio-

res e Defesa Nacional (CRE).

Ratificada pelo Brasil em 2000, a Convenção de Haia trata dos aspectos civis da subtração internacional de menores. O objetivo é combater o sequestro de crianças por um dos pais, por meio da cooperação entre autoridades.

O documento também busca garantir um procedimento rápido para a volta da criança

ao país em que morava.

A preocupação dos senadores Ana Rita (PT-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que requereram a audiência, é a situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos. O motivo, muitas vezes, são as diferenças de suporte legal dos países sobre a questão.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHHaia>

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e_cidadania #CDHSenado #CRESenado

▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCDHHaia>

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211



Mozarildo denuncia prisões ilegais de brasileiros na Venezuela

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que Roraima e Amazonas são os estados mais prejudicados pela crise na Venezuela. Ele reclamou que há brasileiros presos no território venezuelano sem nenhum amparo legal e que houve aumento dos casos de furtos, assaltos e outros crimes violentos contra turistas que vão de Roraima para a Ilha Margarita, na Venezuela.

Por isso, Mozarildo quer que a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado chame o embaixador do Brasil na Venezuela e o embaixador venezuelano no Brasil para discutir esses problemas.

— O Ministério das Relações Exteriores está dizendo que tem prestado assistência cabível aos casos que afetam os brasileiros. Queremos saber que providências cabíveis são essas que estão sendo tomadas — disse.

Porto no Uruguai pode prejudicar polo naval gaúcho, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) advertiu que o polo naval de Rio Grande (RS) e os portos da Região Sul serão prejudicados se o BNDES decidir investir num porto de águas profundas no Uruguai. Ela relatou viagem ao polo naval, no fim de semana, e informou que até 2016 o empreendimento vai receber US\$ 236 milhões, com a criação de 30 mil empregos.

Segundo a senadora, o governo está fazendo obras importantes para escoar a produção, como a duplicação da BR-116 entre Guaíba e Pelotas. Advertiu, porém, que os portos enfrentarão uma concorrência predatória se o investimento se confirmar.

— Não é aceitável que o BNDES financie e invista US\$ 1 bilhão para a construção de um porto de águas profundas no país vizinho enquanto nossos portos dependem de investimentos para a recuperação econômica e o desenvolvimento industrial — disse.

Ana Amélia anunciou que, no dia 25, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores ouvirão o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Subcomissão debate free shops em cidades gêmeas

Lei de 2012 pretende proteger a economia de 29 municípios brasileiros em fronteira seca com cidades estrangeiras, mas ainda não foi regulamentada pela Receita Federal, que terá representante na audiência

A REGULAMENTAÇÃO DA lei que autoriza a instalação de lojas francas (free shops) em municípios fronteiriços será tema de audiência pública hoje, às 14h30. O debate, requerido por Ana Amélia (PP-RS), será feito na Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sancionada em 2012, a Lei 12.723/2012 permite a instalação das lojas francas em municípios que fazem limite com cidades estrangeiras. A lei resolveu uma questão

enfrentada pelas chamadas cidades gêmeas, aquelas que ficam em fronteira seca: muitas vezes, a população, turistas e empresários preferem a cidade do país vizinho para negócios, compras e diversão.

O motivo da audiência, segundo a senadora, é a falta de regulamentação do tema pela Receita Federal. Depois que a lei foi sancionada, a previsão era de que o regulamento estivesse pronto até o final de 2013, o que não aconteceu. Enquanto isso, pelo menos 29 cidades que poderiam ser beneficiadas aguardam uma definição, segundo o Minis-

tério da Integração Nacional.

Foram convidados para a audiência o subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, Ernani Argolo Checcucci Filho; o deputado estadual Frederico Antunes (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Regulamentação da Lei dos Free Shops; o deputado federal Marco Maia (PT-RS), autor do projeto que deu origem à Lei 12.723/2012; o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; e um representante do Ministério da Fazenda.



Loja franca em Rivera, no Uruguai, na fronteira com Santana do Livramento (RS): Ana Amélia quer regulamentação do tema

Texto prevê reembolso em 30 dias por voo cancelado

Proposta que garante o reembolso do valor total dos bilhetes de transporte aéreo não utilizados pelo passageiro, corrigido monetariamente, em 30 dias, no máximo, deve ser votada hoje na Comissão de Infraestrutura (CI). O texto é substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 313/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A pena para a empresa que descumprir a lei será multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro.

O texto original reconhecia vários outros direitos do usuário, que não foram incluídos

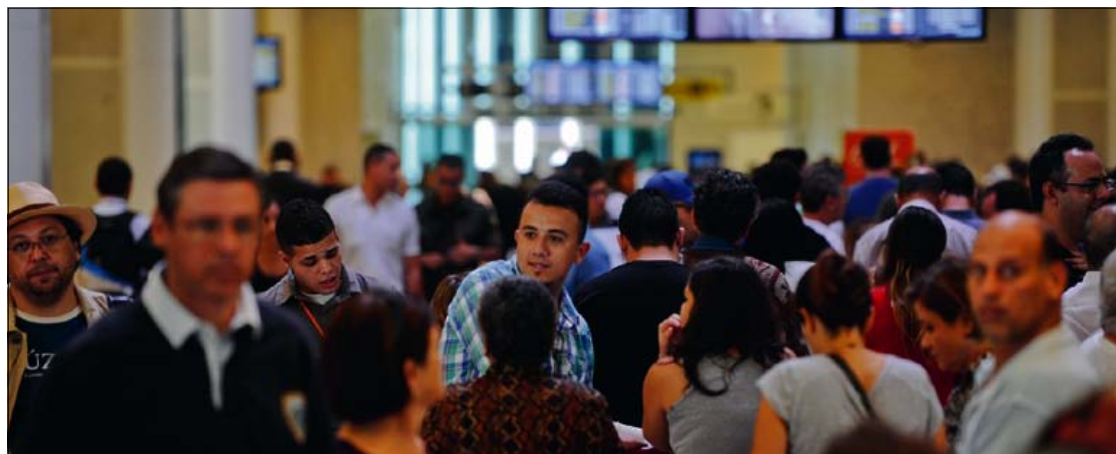
no substitutivo, porque, segundo Flexa Ribeiro, alguns deles já são aplicados. É o caso da informação sobre as tarifas aeroportuárias e as restrições aplicáveis ao bilhete e da indenização em caso de cancelamento de voo ou de extravio de bagagem.

A decisão terminativa sobre o projeto, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, caberá à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Também constam da pauta de hoje da CI dois requerimentos, ambos de Jorge Viana

(PT-AC), para a realização de audiências públicas. Um deles é para a discussão sobre operação, cobertura territorial e tarifas praticadas nos serviços de telefonia celular no país, inclusive em relação às conexões 3G e 4G. O outro propõe debate sobre a gradativa escassez de água e os reflexos no abastecimento dos centros urbanos, além das propostas visando reverter a situação atual.

A reunião terá início logo após o término do debate sobre a situação energética no país.



Aeroporto Santos Dumont (RJ): se projeto for aprovado, empresa aérea terá que reembolsar passageiro integralmente



Kátia Abreu: Justiça privilegia índios em detrimento dos demais

Kátia Abreu (PMDB-TO) reclamou da diferença de tratamento dado pela Justiça aos brasileiros índios e não índios.

— O Ministério Público tem de parar de achar que só defende as minorias. Ele tem de defender todos os brasileiros detentores de direitos — desabafou.

A senadora também lamentou que o procurador-geral da República tenha pedido ao Supremo Tribunal Federal a revisão de decisão que considerou ilegal a posse de índios em 30 fazendas na Bahia. De acordo com ela, a documentação que levou os índios a tomarem as terras seria falsa.

— Defendo o cumprimento da lei, mas gostaria que o mesmo tratamento fosse dado a índios e não índios. Quando os brasileiros não índios conseguem a reintegração de posse, isso não é cumprido — comparou.



Mário Couto elogia Fantástico e cobra prioridade à educação

Mário Couto (PSDB-PA) propôs ontem voto de aplauso ao programa *Fantástico*, da TV Globo, por ter mostrado a situação precária de escolas públicas em Alagoas, Pernambuco e Maranhão.

Para ele, a educação é a área mais importante para o crescimento de um país e a reportagem mostra o abandono do ensino público. Ele criticou a presidente Dilma Rousseff porque, apesar de o país ter arrecadado R\$ 1,7 trilhão em impostos em 2013, preferiu emprestar dinheiro para Cuba a investir na educação.

— Não é uma, são várias escolas sem merenda, sem carteira, sem sanitário, sem telhado. Professores estão dando aula embaixo de mangueiras e aí vemos em uma reportagem que a presidente Dilma fez uma ponte e transferiu para Cuba R\$ 1 bilhão — protestou o senador.